

#### **4º Rodada de Discussão do tema “Economia de Baixo Carbono”, em 31/08/2022.**

**Convidada: Bruna Sobral (OCT)**

#### **Sobre Bruna Sobral**

Bruna Sobral é engenheira agrônoma pela UESC (2005) e mestre em ciências agrárias pela UFRB (2008), com pesquisa em avaliação da qualidade de solos tropicais. Atualmente trabalha como Coordenadora de Projetos na Organização de Conservação da Terra (OCT), atuando na área na elaboração de projetos socioambientais e projeto de carbono certificado.

### **1 OBJETIVO**

O tema abordado por Bruna - mercado de carbono – parte de uma proposta dela, “O estudo de viabilidade, elegibilidade e identificação de áreas para implantação de Projetos de Carbono Certificado”, cujo objetivo é gerar créditos verificados para o mercado voluntário e atrair investimentos. A ideia é certificar uma área ou mais, na Bahia, que tenha potencial para subsidiar os projetos de Crédito Carbono Voluntário.

### **2 SOBRE A OCT**

A Organização de Conservação da Terra (OCT) possui 20 anos de existência e atua na região do Baixo Sul – BA, com seus trabalhos iniciados mais especificamente na região da APA do Pratigi, que envolve cinco municípios da região, sendo eles: Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Piraí do Norte e Nilo Peçanha. Desenvolve projetos que trabalham na frente da conservação ambiental e conservação produtiva buscando integrar uma agenda econômica com uma agenda ambiental, prioritariamente, o nosso maior público são agricultores familiares.

A OCT desenvolve projetos de restauração florestal, assistência técnica, com foco em gestão e manejo da propriedade rural, e boas práticas, trabalhando em parcerias com *startups* de tecnologia que facilitaram o atendimento técnico, informação e conteúdo prático para o campo, principalmente durante o período mais restritivo da pandemia. Além de desenvolver oficinas, capacitação e adequação de saneamento rural pelas fossas sépticas.

Entre 2012 e 2016, a OCT viabilizou através de iniciativa piloto na prefeitura de Ibirapitanga, um modelo de implementação de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no estado, que funciona no município desde 2014. É o primeiro modelo de um programa de PSA desenvolvido em uma Prefeitura por decreto. Atualmente, está envolvida na elaboração do plano regional de PSA do projeto Guardiã das Águas dos rios Joanes e Jacuípe, em contrato com a EMBASA, na região metropolitana de Salvador. Dentre as atividades, pensamos em estratégias para integrar a parte do desenvolvimento rural sustentável e de que forma pode associar à conservação.

### **3 SOBRE OS PROJETOS DE CARBONO**

Na OCT, as propostas de projeto de carbono passam a ganhar uma maior formalização e padronização há 10 anos, quando se inicia o processo de validação do território da APA do Pratigi, para receber os projetos de carbono certificado na área. Estes geram as Unidades Verificadas de Carbono (VCU), conhecidas como crédito de carbono comercializado.

Optou-se pelo padrão do *Verified Carbon Standard* (VCS), o projeto de carbono verificado, considerado o mais valorizado no mercado, em nível de preço, reconhecimento e de maior procura. Existem outros, mas o VCS é o mais valorizado.

#### **3.1 Quem verifica e certifica?**

Atualmente, a *Verra* o organismo verificador/certificador dos padrões dos projetos. No início da atuação da OCT na APA do Pratigi, o organismo responsável era a *Reinforced*. A partir da verificação, o projeto torna-se apto para receber os *Verified Carbon Units* (VCUs), as unidades verificadas de carbono, popularmente conhecidos como créditos de carbono comercializados. Após a verificação é emitida, para a propriedade, o registro das VCUs, que poderão ser comercializadas.

Junto com o padrão do carbono verificado tem o padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB), isso permitiu que ao longo dos anos fossem realizados projetos de reflorestamento a partir de diversas parcerias com a iniciativa pública e ou privada, através de editais e chamadas públicas. Todas as áreas reflorestadas que atendem aos

critérios de elegibilidade desse padrão de verificação podem ser incluídas nesse projeto e, posteriormente verificadas, esses créditos são medidos e emitidos para que possam ser comercializados.

Trata-se de estratégias para preparar o território para receber projetos com a finalidade de reflorestamento. Primeiro, o proponente do projeto deve realizar um estudo multidisciplinar sobre a área que se pretende validar, para considerar qual a metodologia com melhor viabilidade para aquele território (reflorestamento, redução do desmatamento, dentre outras). A OCT trabalha somente com carbono de origem de reflorestamento. Não trabalha com carbono de desmatamento evitado, conhecido como REDD.

### **3.2 Sobre a viabilidade**

A viabilidade da implementação e a metodologia do padrão de verificação irá depender das características ambientais da área. Para a OCT, na Mata Atlântica não é viável a implantação de projetos de carbono de desmatamento evitado (REDD), pois não há grandes blocos contínuos de florestas a serem protegidas, e sim fragmentos, o que torna a iniciativa economicamente inviável. O que seria possível na Amazônia.

### **3.3 Metodologia da OCT**

A metodologia escolhida pela OCT, para trabalhar com crédito de carbono dentro do padrão VCS, é uma metodologia cuja sigla é chamada AFOLU (Agricultura, Floresta e Uso do solo). Por essa metodologia desenvolvem-se projetos de reflorestamento com espécies nativas, proteção de florestas, sistemas agroflorestais, onde o cacau é o produto âncora, sistemas agroflorestais “biodiverso” (cacau, banana e seringueira, entre outros).

Pensando numa perspectiva em incluir os SAFs em projetos de carbono, é interessante que sejam mais diversificados, em termos de número de espécies perenes diferentes, para que esse incremento de carbono também seja interessante para uma certificação. Associado a isso, trabalha-se com os critérios de adicionalidade, que são atestados pelo CCB. Esses critérios trazem evidências dos cobenefícios de se trabalhar com reflorestamento e sistemas agroflorestais com a finalidade de fixação de carbono. Esses

cobenefícios estão diretamente relacionados com os benefícios ao clima, às comunidades rurais, propriedades privadas e biodiversidade.

A OCT trabalha apenas com as propriedades privadas (agricultores familiares). Os benefícios comprovados relacionam-se a ave, fauna, mamíferos, diversidade de espécies vegetais. Assim, desenvolvem-se projetos que terão a finalidade de crédito verificado para disponibilizar ao mercado voluntário a partir da comercialização do crédito pronto já verificado, ou numa perspectiva de construir um projeto a partir do plantio.

Quando se fala em crédito de carbono de reflorestamento ou de agricultura, como o de sistema agroflorestais, é que começam os desafios. Estamos aprendendo a lidar com ele. Até o momento há apenas três projetos maduros no Brasil, cada um respectivamente na Amazônia, na Mata Atlântica e no Cerrado. Desmatamento evitado não é trabalhado pela OCT.

### **3.4 Experiência**

Numa busca nos projetos padrão, VCS e CCB, registrados no Brasil, verifica-se que os projetos que já passaram por uma verificação encontram-se apenas três projetos representativos: na Amazônia, na Mata Atlântica e outro no Cerrado. No site Verra é possível localizar os projetos e demais informações. No registro da Verra encontra-se o projeto da OCT APA do Pratigi, 170.000 ha. Explorando o site, tem-se uma variedade de projetos em todas as instâncias e relatórios que ficam disponíveis.

### **3.5 Qual a prazo para um projeto de carbono?**

A duração de um projeto de reflorestamento de carbono é de 30 anos, com verificações a cada cinco anos. Elas também podem ser realizadas anualmente, contudo as taxas e tarifas para inventariar os resultados podem, a depender da metodologia adotada, tornarem inviáveis determinados projetos, além dos custos de auditoria e processamento da certificadora. Segundo a OCT, um processo de verificação pode durar de um a dois anos para se concretizar.

Existe um projeto com áreas de diversas condições de plantio. Ele está na segunda verificação do projeto OCT, tem 40.000 toneladas de carbono e numa segunda instância de projeto com mais 20.000 ton. Todos estão comercializados e se tivesse mais também estaria. Tem um grupo de clientes interessados no projeto. Chegam interessados no projeto pronto. O carbono de reflorestamento é prioritário no mercado externo. A busca é muito grande por esse tipo de projeto (AFOLU). No Brasil, a maior parte dos projetos é de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REED).

### **3.6 Perfil do investidor**

Há dois perfis distintos de investidores no mercado de carbono, um primeiro pode ser definido como “usuário final”, este irá aposentar os créditos de carbono em seu nome, com o intuito de bater as metas de zerar suas emissões até 2050/2030. Ele é mais flexível ao diálogo e à negociação quanto ao tipo de projeto que será implementado. O segundo é o “intermediário”, o corretor de crédito de carbono, o investidor que quer investir para revender no futuro, por isso necessita de um tempo mais curto e, dessa forma, tem resistência a projetos de maior prazo como o reflorestamento. É mais imediatista.

Nos últimos estudos e em reuniões da OCT, verifica-se que o investimento de um projeto de reflorestamento, para geração de crédito verificado de carbono, apesar da unidade de crédito do VCU ficar abaixo do valor atual de mercado, gera um crédito. Nesse caso, um projeto com dupla certificação. No caso da CCB, da OCT, é nível ouro, fica na faixa de \$ 25 a \$ 35 (\$/ton.). Fica aqui \$18 (\$/ton.), incluindo todas as fases, desde o plantio até a geração do crédito final.

### **3.7 Como funciona**

Quem vai revender esse crédito é um investidor que ainda não conseguiu ajustar essa linha do tempo do retorno financeiro dele. O investimento financeiro é mais alto nos cinco primeiros anos do projeto, que tem 30 anos de duração, e ele vai receber esse crédito ao longo dos 30 anos. Nos primeiros 10 anos do projeto, o incremento de carbono é bem pequeno, pois as árvores ainda estão pequenas, só começa a ser significativo após a terceira verificação. Contudo, o investimento financeiro é maior nos

cinco primeiros anos do projeto justamente para cobrir despesas de plantio, monitoramento e manutenção das áreas.

O investidor que está interessado em revender o crédito está mais resistente em projeto de reflorestamento. Mas, o investidor cliente, que é o usuário final do crédito, já consegue olhar e trabalhar de outra forma, na perspectiva de investir no projeto que tem não só o carbono, mas, tem benefícios ao clima, à comunidade e à biodiversidade. Ele isso integra nos seus relatórios de sustentabilidade, atendendo aos indicadores de outra perspectiva, de outra maneira.

Tem-se que pensar em estratégias para conseguir atrair investidores e recursos, pensando também na recomposição do bioma e em como pode trabalhar para recuperar, prioritariamente, nascentes, áreas de preservação permanente. Na água são vários serviços ecossistêmicos associados a um projeto que vai ter lá na frente uma VCU, que gerará crédito de carbono para ser comercializado, criando também serviços ecossistêmicos bem impactantes, trabalhando na produção do solo, na recuperação de nascentes, de matas ciliares, da diversidade de cultivos. Então são outras possibilidades que a gente pode inserir para continuar a desenvolver projetos que possam gerar desenvolvimento para a região, que possam trabalhar na esfera da conservação e trazer alternativas de renda e de recomposição de passivo ambiental, principalmente para o pequeno agricultor da agricultura familiar.

#### **4 QUAIS AS EXPECTATIVAS?**

Analisando-se a perspectiva dos projetos, vendo as demandas, a região inteira é impactada. Porque você começa a ter uma demanda muito alta por plantio de árvores, além de mobilizar uma cadeia produtiva de restauração que envolve geração direta de emprego. Para as pessoas trabalharem no campo com serviços de plantio, com comércio local, que começa a se estruturar, especialmente na questão de insumos agrícolas, então acaba movimentando a região inteira.

Até 2019, vimos numa média do plantio de 15 a 20.000 árvores. A partir de 2020 passou a 100.000, 200.000 árvores/ano, isso traz um impacto para a região, porque acaba gerando emprego local. Isso considerando o plantio, a manutenção dessas árvores,

movimentando o comércio local pela questão do insumo, de muda, coleta de sementes de árvores para produzir mudas, pequenos viveiros locais. É uma perspectiva de um cenário que pode trazer muito desenvolvimento para a região. É preparar para um cenário, uma realidade que está cada vez mais próxima, visto que todos estão assumindo compromissos públicos de neutralidade de carbono grandes, por maior que seja o exercício de inventariar, reduzir ou mudar a matriz energética.

Em algum momento dessa equação vão precisar compensar e essa compensação virá através da compra de crédito, então, todos os créditos disponíveis no mercado de geração mais rápida talvez não consiga suprir essa demanda. O reflorestamento se torna uma alternativa a mais de crédito de carbono, que tem esses benefícios adicionais a ele que são de grande relevância e de grande interesse, pelo fato de trabalhar com componentes de comunidades locais, biodiversidades, preservação de espécies ameaçadas de extinção, enfim são diversos benefícios associados aos projetos de geração de carbono que envolve Agricultura, Floresta e Uso do solo (AFOLU).

As provocações que tivemos numa reunião onde discutimos a possibilidade de projeto eram justamente essas. A gente só tem hoje na Bahia um território validado para projetos de carbono, que é a região da APA do PRATIGI. Estamos trabalhando para ampliar a poligonal, tentar conseguir abranger uma área maior para receber potenciais projetos de carbono. Mas, tem outras regiões do estado, que pelo seu histórico, atenderiam a alguns critérios de elegibilidade para receber esse tipo de projeto.

Uma vez mapeadas, identificadas, aptas para receber esse tipo de projeto, começa a busca desses investidores para conseguir fazer isso tudo ganhar escala e viabilizá-lo. Existem critérios que precisam ser atendidos para que uma área seja elegível para receber esses projetos. A título de exemplo: uma área que for recuperada, reflorestada hoje, ela precisa ter no mínimo dez anos naquela condição de degradação. Não pode ser desmatada recentemente para atender ao critério de elegibilidade. Mas sabe-se que tem áreas com grande potencial para trabalhar nesse tipo de projeto.

## **5 PERGUNTAS**

**Pergunta/Anderson:** Para fazermos uma incursão para certificar uma área, ela precisa ser uma unidade de conservação?

**Resp:** Não precisa ser. O fato de ser unidade de conservação começa a contar pontos positivos na hora que vai trabalhar nos critérios de verificação. Mas, ela não necessariamente precisa ser uma unidade de conservação. Pode trabalhar Apas, parques, propriedades particulares, grandes blocos, agrupamento de fazendas, diversas conformações. O fato de ter uma unidade de conservação quando o auditor está verificando os pontos, já ganha um ponto favorável por ser uma área de relevante interesse para conservação, mas não é condicionante.

**Pergunta/Anderson:** Existe um tamanho mínimo e quanto tempo leva para identificar essa área e passar por todo processo de certificação para negociação dos créditos em média?

**Resp:** Isso varia e é bem relativo. Tamanho mínimo, eu acredito que não tenha por definição. O que define mais o tamanho mínimo é a questão do custo benefício de fazer uma avaliação. Porque alguns custos são fixos, independente de tamanho da área que você está validando ou propondo para validação, principalmente custos relacionados com taxas, tarifas de certificação e auditorias. Para valer a pena melhor fazer blocos maiores e optar por metodologias de projeto agrupado. Validamos um território inteiro e na época só tínhamos 80 hectares. Na época o estudo apontou um potencial de 3.000 ha elegíveis. Optou-se por uma metodologia que à medida que fosse conquistando novos projetos, fazendo novas áreas, podia reunir esses projetos e submeter à verificação, posteriormente, nos intervalos de cinco anos.

A questão de tempo para começar a validar é muito variável, por exemplo, se você estiver validando uma área onde já tenha ocorrido alguma grande utilidade de reflorestamento, essa análise é para trás, começa-se a atender os critérios. Essa grande área que foi reflorestada cumpre todos os critérios de elegibilidade, então você consegue validar o território, verificar essa área junto. Isso pode durar dois ou três anos devido ao processo burocrático de validação do território, documental, a auditoria vai e volta. O processo de inventariar a área e monitorar é muito variável. A gente conseguiu a validação do território no CCB primeiro (2013/2014) do que no VCS (2017), porque os projetos plantados eles precisavam ter um tamanho que compensassem a validação.



Começamos o processo de validação do território inteiro em 2011, começando a estudar os documentos necessários, levantando as informações necessárias, conseguimos a verificação do VCS em 2017. Isso porque, até 2015 ainda estava plantando áreas, dentro dos projetos que tinha. Só compensava quando tivesse um grupamento de áreas que compensasse investir nesse processo de inventariar, chamar auditoria, pagar todas as taxas e tarifas para gerar esses primeiros créditos.

A linha do tempo varia muito a depender da região. Os riscos da validação do território são variáveis, fazem uma análise do risco de fuga. Se for uma região, por exemplo, que tenha uma pressão muito grande de perdas de florestas em grandes proporções. Mas, se você tiver trabalhando pensando em projetos que sofre uma pressão muito grande de pecuária, plantio de grãos, talvez leve um tempo maior fazendo essa parte de validação do território, de toda a análise de risco, comprovar que não vai ter fuga, que você não vai plantar aqui e desmatar lá atrás. São esses parâmetros que podem variar de região para região. Mas, o interessante é que uma vez que você valida um território inteiro para receber esse tipo de projeto, a qualquer tempo você pode chamar para verificação desde que compense fazer isso.

Poderia haver verificação anualmente, mas não compensa financeiramente. Há um investimento relativamente alto nesses custos de inventariar. No caso de dupla certificação, tem que fazer inventário de biomassa, portanto tem o inventário das árvores, de reptéis, de aves, mamíferos, relatórios da parte de benefícios para comunidades, em relação ao clima. Tudo isso gera uma demanda de atividades grande, ainda tem a parte de auditoria, a documental e o tempo de processamento da certificadora, que também demora um pouco entre 20 e 60 dias para dar retorno. O processo de verificação nunca é inferior a um ano. Sempre de um ano e meio a dois.

**Pergunta/Anderson:** Para realizar um projeto desse porte precisa ser necessariamente pessoa jurídica? Qual o primeiro passo? A quem procurar?

**Resp:** Talvez sim, pois precisa de proponente registrado no projeto. Necessita fazer um estudo de acordo com os critérios do padrão que você quer verificar, não ser o VCS. Mas, a gente parte dessa questão de conhecer a região e o seu potencial, se atende aos critérios de elegibilidade que o VCS pede para validar o território para esses projetos. A

partir daí, trabalha-se nessas questões: definir a poligonal do território que vai ser verificado; quais são as interações, ou seja, os arranjos institucionais envolvidos (parcerias com consórcios municipais, organizações da região, instituições de ensino e pesquisa, organizações do terceiro setor, que prestam assistência técnica, de educação) o projeto fica mais robusto, ganha mais força principalmente quando você está buscando uma dupla certificação.

Ainda assim é possível fazer sozinho, pessoa física, desde que se assumam todo o custo sozinho. Mas, pensando num arranjo para proporções maiores, partiria do território: se atende os critérios; quais os padrões a serem adotados; quais as certificações interessantes; qual a aptidão da região para agricultura, para um sistema agroflorestal, vai ficar restrita só a recomposição florestal de APP, tem uma bacia hidrográfica que precisa recuperar nascente, toda parte ciliar, rede de drenagem. Elencam-se os critérios e começa a identificar o que atende os requisitos e começa a modelar o tamanho da área validada.

Um ponto que acabei não comentando em relação ao VCS, quando trabalha com propriedades privadas o direito do crédito é do proprietário. Para colocar o projeto para verificação precisa ter termo de cessão dos créditos do proprietário. Ele transfere para o proponente do projeto o direito de comercializar um percentual desses créditos, porque uma parte do valor da comercialização desses créditos volta para o proprietário como forma de PSA. Isso é um critério crítico com relação ao VCS quando se trabalha com propriedades particulares. Não temos nenhuma experiência trabalhando com projeto de carbono em terras da União. Não tem nenhum histórico de reflorestamento em Parque Nacional. Para esses modelos trabalhar com parques, reservas, deve ser uma metodologia diferente. Nossa experiência é com propriedades particulares.

**Pergunta/Anderson.** Você falou da experiência de vocês numa unidade da Mata Atlântica. A SEI tem pensado em montar algo na Chapada Diamantina, região de cerrado, caatinga, você acha viável um projeto nessa região? É viável um projeto desses em um parque nacional?

**Resp:** Tem que estudar todas as possibilidades. Acho que a viabilidade existe, só vai ter que encontrar quem pague a conta, porque é terra da União e tem que saber para quem

vai esse crédito. Você vai conseguir comercializar esse crédito ou, em função dos acordos que o país assume, o crédito será internalizado por ele.

É possível desenvolver um projeto na região da Chapada. É uma região de grande interesse pelo componente hídrico, que abastecem o Paraguaçu. A área possui grandes desdobramentos, a questão da própria região em si, o turismo. Tem que identificar o padrão ideal para trabalhar na região da Chapada, se é um AFOLU ou outro padrão VCS. É preciso identificar o padrão mais adequado desse crédito para a região, pensar nas estratégias de atrair o investidor e como vai funcionar essa moeda final. O crédito vai ser de quem? O investidor vai querer os créditos no final das contas. Quando a gente conversa com o investidor, principalmente investidores estrangeiros, a primeira pergunta que eles fazem é se as áreas são da União e se esse crédito tem chance de ser tomado pelo governo. Essa é uma grande preocupação com relação a investidores nesse tipo de projeto.

Acredito que dá para fazer em parques, mas tem que deixar tudo previamente organizado. Como vai fazer funcionar com esse crédito lá na ponta? Uma parte vai ficar para o governo, outra parte vai ficar para comercialização? Quem paga a conta? Vai ser integral do investidor? Isso vai ser dividido? Como vai ser equacionado? E pensar caso a caso essas modalidades.

Cada região tem aptidão diferente em termos de agricultura ou mais para conservação, para recomposição. A partir daí, vai desenhando, validando esses territórios e identificando qual o melhor padrão para cada uma delas e como pode desenvolver esses projetos pensando em atrair investimentos. A consequência do investimento é movimentar toda a economia da região. Quando chegam as demandas, as procuras são grandes por 5.000ha, 10.000ha, 20.000ha, então, isso movimenta uma região inteira. Gerações de emprego, movimentação do comércio, são muitas perspectivas associadas a isso.

**Pergunta/Anderson:** Você comentou de reflorestamento em mata ciliar. Se a gente definir uma área de mata ciliar passando por diversas propriedades, pode certificar uma área nesse nível? Uma área linear exclusivamente de mata ciliar?

**Resp:** Na verdade vai ter que certificar e validar o território inteiro. Na hora que você plantar vai fazer o projeto de mata ciliar passando por várias propriedades, mas quando documentar para certificação vai ter que ter o *shape* do que foi plantado dentro de cada propriedade. Deve ter o documento de cessão de cada proprietário, referente ao tamanho que foi reflorestado em cada propriedade. Todo o documento de comprovação, desde o *shape* da área, o documento da cessão de crédito vai ser individual por proprietário, independente se ele tem uma pequena área da propriedade dele ou uma propriedade que tenha dez nascentes, mais para trás, faz dez nascentes e mais a mata ciliar, documenta tudo em um termo identificando cada área, o tamanho que foi plantado, quando foi plantado, tudo certinho.

**Pergunta/Edgar:** Podemos tomar como exemplo o aprendizado de vocês para outras áreas. Senti falta de duas coisas. Como você explicaria a lógica geral desse processo de forma simplificada? Temos áreas degradadas, que prejudicam o processo de desenvolvimento social e econômico e o ambiente. Fazer um projeto dessa natureza significa dizer que vamos atrair investimentos, promover o desenvolvimento social e econômico, vai preservar o meio ambiente, as nascentes, o solo, enfim, o que considerar como ações importantes. É assim que pode se compreender o processo atrelado a isso, gostaria de saber o seguinte: Quais são outras vantagens regionais que um projeto desse poderia trazer?

**Resp:** A lógica é como você colocou mesmo. Vai identificar o território que está apto. É como se estivéssemos nos preparando para ser a solução do problema de alguém. Temos um território apto, validado, documentado, reconhecido e registrado, que vai poder receber investimentos para o crédito final de carbono. Ou seja, se tiver um investidor que tenha uma demanda altíssima de neutralização de carbono, a gente precisa olhar para fora do contexto do nosso país. E pensar em investidores estrangeiros, porque eles já estão pressionados a neutralizar, a comprar esses créditos, por enquanto eles estão comprando esse crédito mais rápido. Mas, vai chegar o momento em que a alternativa vai ser investir nesses créditos de longo prazo e, nesse momento, estaremos prontos para receber esses projetos, que vão trazer todos esses benefícios que você pontuou.

Estou recuperando um bioma extremamente importante para o país. A maior parte da população economicamente ativa do país está na Mata Atlântica. Temos visto os efeitos das mudanças climáticas cada vez mais recorrentes. Já tivemos crise hídrica aqui no estado, poucos anos atrás. Agora cheias no final do ano, regime de chuvas alterado, que traz impacto na produção. Então, recuperar um bioma que tem essa importância toda para o contexto econômico produtivo. Estou trabalhando principalmente com relação a pequenos produtores agricultura familiar, mas não limitando a eles. Mas, é o maior número de estabelecimentos rurais que a gente tem e onde vai encontrar um maior número de parcerias para trabalhar e eu posso estar levando um projeto de reflorestamento só com madeira nativa, e também posso também incluir projetos com plantas frutíferas de interesse econômico.

Eu posso trabalhar para o projeto que vai gerar carbono colocando cacau, cupuaçu e outras espécies que vão trazer retorno econômico para aquela família. Estou trabalhando um componente social, buscando, através desses projetos, trazer recursos para levar capacitação, assistência técnica, melhoria nos manejos dos processos produtivos daquela comunidade rural. Estou levando também, através desses projetos, geração direta de emprego, relacionada à restauração florestal. É preciso muita gente para plantar muita árvore em pouco tempo. Vamos pensar num cenário de 1.000 a 2.000ha em um ano. Precisa mobilizar muita gente para fazer isso acontecer. São várias frentes de trabalho atuando no plantio, na manutenção, a questão do comércio local, a questão de insumo, os materiais agrícolas necessários, uma roçadeira, um perfurador de solo, arame, cerca para fazer o isolamento das áreas que vão ser reflorestadas, então movimente toda essa economia local, traz todos esses benefícios.

Esses projetos resolvem um passivo ambiental de propriedades que foram identificadas quando fizeram o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR). Esses projetos vêm resolvendo também o problema do passivo dessas propriedades. Tem uma série de benefícios que podem ser mais bem pensados, além de calcular conjuntamente o retorno do impacto econômico que os projetos podem representar na região. Precisaria de pessoas de várias especialidades diferentes e entender melhor esses números. Pensando também nessas possibilidades futuras.

Quando se fala em investir nesses projetos de reflorestamento, sabemos que a Bahia e o Brasil figuram no ranking mundial de prioridade, em função de toda sua importância no contexto do equilíbrio do clima no planeta. A gente tem a possibilidade de estar preparado para ser a solução. Hoje talvez o que assuste a decisão final do investidor seja o custo e o tempo de trinta anos. Mas, está chegando o momento em que essa decisão vai precisar ser tomada mais rápido.

**Pergunta/Edgard:** Quais as vantagens regionais?

**Resp:** As vantagens regionais estão muito relacionadas a isso. A gente está trabalhando na questão no fortalecimento da economia local, geração de emprego local, capacitação dos produtores, melhoria na parte produtiva, é um conjunto que vem muito forte por causa da certificação do CCB. Até, inclusive, se você fizer só o VCS. Você só precisa comprovar o Carbono. O CCB é essa adicionalidade, que faz toda a diferença lá na hora que você tem dois créditos competindo no mercado. Um crédito que tem uma dupla certificação e tem um CCB e alcança o nível ouro do CCB. O nível ouro quer dizer que ele atestou ganhos excepcionais para o clima, comunidade e diversidade.

Quer dizer que temos esse potencial de trabalhar e ter todas essas vantagens associadas a isso, então, localmente falando, você tem uma maior geração de emprego local, você tem um comércio movimentado, uma economia local mais fortalecida, tudo acaba acontecendo na região onde os plantios estão acontecendo. A gente não pode ficar levando pessoas de uma região distante para outra, isso inviabiliza o custo de logística de transportes de pessoas. Montamos diversas frentes com as pessoas locais e da região do entorno para trabalhar naquela área onde o projeto está acontecendo. Então tem todos esses benefícios associados.

**Pergunta:** Todos os biomas foram contemplados. Mas não o semiárido, nem a Bahia, que tem 78% de sua área no semiárido. Como podemos iniciar um processo para convencer possíveis parceiros, colaboradores, como a SDR, Secretaria de Turismo, Sema, Inema e também setores da iniciativa privada? Quais são os passos iniciais que poderíamos dar para fazer uma proposta dessas no Projeto Regiões Integradas, que já estamos fazendo inclusive com a OCT? Para que pudéssemos criar um grande projeto numa área relativamente grande e ir fazendo as verificações paulatinamente, mas com a

consistência de uma rede muito forte de iniciativas públicas de políticas públicas, das universidades, iniciativa privada, ONG's. Como fazer um documento orientador?

**Resp:** A gente pode começar fazendo o exercício de identificar para região pretendida você fala da Chapada, não é? Olhar para região e tentar mapear quais seriam os padrões de certificação mais adequados para trabalhar ali. Fazer uma lista do que pode gerar um crédito de carbono verificado e tentar comparar o que cabe na região, para a partir daí começar a desenhar estratégias. O que precisa ser feito no âmbito da validação do território é documentar, analisar qual o arranjo que precisa formar, quais instituições precisa envolver, qual o nível de detalhamento de estudo que precisa ter. Será que as instituições parceiras que estarão envolvidas nesse arranjo dão conta? Será que precisa trazer uma consultoria de fora especializada no assunto para validar tudo isso?

Acho que o principal ponto de partida é identificar qual é o padrão que será utilizado, é o VCS mesmo? Caberia outro padrão de verificação? Tem diversos padrões de verificação ali dentro da plataforma da Verra, tem padrão com relação à geração de resíduos, tem outros padrões pode ser estudo e fazer um pacote. Dá para trabalhar VCS, CCB, resíduo, que envolve a questão de turismo. Precisa mergulhar mais nisso, é um ponto, um exercício que precisa fazer em muitas mãos. Não é uma coisa que resolve num estalar de dedos, muito rápido.

Vamos pensar numa certificação de carbono para reflorestamento em área de preservação permanente para aquela região. É importante? Sim, tem muitas nascentes, tem uma rede de drenagem importantíssima para todo o estado. Vamos ver o que podemos trabalhar nessa esfera. Pode entender que não é significativo, pelo volume que se apresenta, ou não atende a todos os critérios essa estratégia, então vamos partir para outra estratégia. Se tiver falando de um contexto de Mata Atlântica, o corredor central, mais especificamente, esse modelo que temos daria perfeitamente. Porque as características não variam muito de um ponto a outro. Mas quando vai entrando mais no estado pela Chapada, região oeste, precisa pensar em estratégias diferentes. O semiárido é um grande desafio. Pode-se fazer uma pesquisa mais aprofundada, ver se tem alguém dando os primeiros passos.

Neste sentido, há organizações, grupos empresariais, que já estão começando a se organizar para isso localmente. Precisa identificar o que já tem feito e a partir de que ponto precisa começar do zero ou se tem alguma coisa para se inspirar e avançar em diferentes regiões. Mas acho que dá para fazer esse exercício em relação à Chapada e buscar quais seriam esses padrões. É muito importante o diálogo com quem está no local, conhecer a dinâmica, como está funcionando.

**Pergunta:** Como é a receptividade dos gestores municipais?

**Resp:** Tem sido recebido de uma forma bem positiva em relação aos gestores locais e às parcerias. Temos muitas áreas que estão sendo verificadas, que foram plantadas no município de Ibirapitanga inclusive no âmbito do produtor de água. Nessa parceria tivemos todo o apoio técnico da Prefeitura e da Secretaria de Agricultura. Nos últimos anos temos avançado por outros municípios, outras regiões e a receptividade tem sido muito boa. Até pelo contexto de vir trabalhando com reflorestamento.

Inicialmente a gente traz a abordagem do reflorestamento, dos benefícios e dos ganhos que são mais imediatos, mais fácil da pessoa assimilar. Tem gente que pensa que vai ficar rico da noite para o dia com carbono. Mas não é bem assim que funciona. Você tem um custo extremamente alto, para um retorno financeiro, para quem está na ponta. Não é um volume significativo de recurso, mas é um incentivo financeiro em uma área que ele obrigatoriamente teria que recuperar, pois já estava apontada no CEFIR, e foi recuperada sem custo para ele e ainda trouxe benefício - a comercialização desses créditos.

Quem tem o interesse mesmo e tem as necessidades atendidas é o investidor que precisa neutralizar. O crédito de carbono não vai deixar a pessoa rica pelo crédito. Mas a receptividade quando a gente fala de reflorestamento, quando a gente fala da recuperação de uma nascente, de recuperação de uma APA, da conservação da água, é muito boa. Um entendimento muito bom, especialmente depois de a região ter passado por uma crise hídrica há poucos anos. Na abordagem do carbono temos muito cuidado quando falamos, para evitar o entendimento de que o carbono virou ouro.

**Pergunta:** Quando muda a gestão municipal vocês não encontram problemas?



**Resp:** Até agora não. O que é superior a tudo isso é um arranjo institucional local muito bem formatado, facilita a superação dos desafios. Tudo é pensado, articulado e desenhado antes, para conseguir encaixar e implementar todas as ações. O grande desafio é incorporar inovações tecnológicas.